

GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO: o caso do Arquipélago de Fernando de Noronha- Brasil

GRAZIELLE RODRIGUES DO NASCIMENTO*

O arquipélago de Fernando de Noronha sempre representou um ponto significativo à ocupação do Brasil. Primeiro, por sua característica de ancoradouro e estuário natural e por uma rica biodiversidade ecológica, que ofereceu aos navegadores que transitavam em sua rota, importante apoio para a sobrevivência. Segundo, por ter representado um ponto estratégico para os navios estrangeiros, com sua característica de porto natural a ancoragem, para a invasão das terras recém-conquistadas pelos portugueses: a Terra de Santa Cruz.¹ Um exemplo disso é o período das “descobertas” portuguesas, cujos registros a retratam como uma “notável ilha no meio do mar”. Ali, se podiam “ancorar todos os navios” para se abastecerem com as “águas doces e correntes, infinitas árvores e inúmeras aves marítimas e terrestres” (COSTA, 1887: 19).

Por conta da sua particular posição no Atlântico Sul, foi bastante disputada pelos holandeses e franceses, que chegaram para ali se estabelecerem nos séculos XVI e XVII (ESG, 1960: 01). Esses últimos (os franceses) serviram de alerta à Capitania Pernambucana e à Coroa Portuguesa quanto ao potencial geoestratégico apresentado pela ilha, ocupando-a de tal forma que, a partir de 1737, era criado um dos mais significativos exemplares de defesa da história das fortificações portuguesas no Brasil – *A Vila dos Remédios*. Ainda é possível observar a estrutura montada para esse período em que datam a Fortaleza dos Remédios, a Igreja dedicada a Nossa Senhora dos Remédios e o prédio da antiga Diretoria do Presídio,

* Doutoranda em Estudos Contemporâneos, Universidade de Coimbra. Investigadora Colaboradora CEIS20/UC. Mestre em História Social pela UFPE. Historiadora da Administração Estadual de Fernando de Noronha e Coordenadora do Grupo de pesquisa Noronha Multifacetado.

¹ Sobre a história da ilha de Fernando de Noronha entre os séculos XV e XIX existe uma literatura de obras raras com relevância a este estudo: Beatriz de Lalor Imbiriba *História de Fernando de Noronha*. Imprensa Industrial. Recife, 1951; Guilherme Auler *Os Fortes de Fernando de Noronha*. In: Revista do Arquivo Público. 2º semestre, Recife, 1946; Lisias Rodrigues *Fernando de Noronha*. In: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco. Vol. XXXVIII. Pernambuco, 1943; Duarte Leite *Quem Descobriu a Ilha de Fernando de Noronha*. IN: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco Vol. XL. Pernambuco, 1945; Mário Melo *O Arquipélago de Fernando de Noronha*. IN: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco Vol. XVIII. Imprensa Industrial. Pernambuco, 1919; Francisco Pereira da Costa *A ilha de Fernando de Noronha*. Pernambuco, 1887; Orlando Machado; Joaquim de Souza Leão; Campos de Aragão *Guardando o Céu nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, volume 147, 1950; Amorim Neto *Fernando de Noronha*. Editora A Noite. 2ª edição – Rio de Janeiro, 1946. Marieta Borges *Cadernos Noronhenses*, 2007. Sem contar os relatórios militares que narram parte da história da Ilha de Fernando de Noronha.

2

construções que faziam parte do sistema prisional, que durou cerca de duzentos e um anos, tomados como estratégias para a ocupação do lugar e para a defesa da rota comercial entre o velho e o novo mundo. É neste contexto que se desenvolveu a trajetória histórica e os elementos do imaginário sobre o arquipélago de Fernando de Noronha, presentes em alguns estudos sobre a Ilha.

Especialmente nesse trabalho, destacaremos *o caráter militar*, em que Fernando de Noronha era utilizado como unidade de operação e de manobras militares no meio do Oceano Atlântico, como ponto estratégico de defesa dos interesses brasileiros, e também, reduto de defesa dos interesses de países aliados em águas internacionais. E em função disso, surgem discursos, como forma de manifestação de grupos nacionalistas de direita, centro-direita e de esquerda, em torno da salvaguarda da soberania nacional brasileira.

Para tanto, alguns documentos do Século XIX, que relatam o cotidiano prisional do Arquipélago, já chamavam a atenção do governo brasileiro sobre a importância em conservá-la como plano estratégico em pleno Oceano Atlântico, “porque não somente serve de correção aos facinorosos, como que é a chave do norte do Brasil”² para no caso de uma invasão por nação inimiga. Perceber a posição geoestratégica que o Arquipélago de Fernando de Noronha possuía dentro de um plano de defesa do Atlântico para o período da Guerra Fria engendra entender como discursos em torno da presença dos Estados Unidos no cotidiano do Arquipélago eram construídos entre os anos de 1956 e 1962. Esta presença estrangeira em solos insulares se articulava através de falas que garantiam ao hemisfério ocidental a “solidariedade continental contra a estratégia soviética de penetração”³, bem como a “luta contra o comunismo e pela liberdade”⁴ – como tratava a narrativa jornalística encontrada nos periódicos do Diário de Pernambuco, de tendência, neste início, *pró-americano* –, a inserir Fernando de Noronha como um dos palcos da Guerra Fria.

Tida por alguns como “um pedaço de paraíso”, o Arquipélago de Fernando de Noronha compunha um ambiente de guerra, em que brasileiros e norte-americanos garantiriam ao ‘hemisfério ocidental’ estar livre de qualquer ameaça vinda por parte da URSS (no caso do comunismo) e “preservar a paz, como base para o estabelecimento de um mundo

² APEJE-PE; Arquivos Permanentes; série FN; volume 02; fl. 352; 18 de agosto de 1838.

³ APEJE-PE, Hemeroteca; Diário de Pernambuco; quinta-feira; 29 de março de 1956 – SOLIDARIEDADE CONTINENTAL.

⁴ Diário de Pernambuco; sexta-feira; 02 de março de 1956 – ACIMA DA POLÍTICA, NO COMBATE DO COMUNISMO - DECLARAÇÃO DE EISENHOWER.

3
melhor”.⁵ Tal fato pode ser percebido na manutenção das relações entre os governos de Washington e o do presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek, quando em discurso proferido na Casa Branca propagava a idéia de sermos “irmãos pela alma e amigos por tradição” (WRZOS, 1960: 24), aspectos reforçados pelo vice-presidente norte-americano Nixon, que acentuava o vínculo entre os dois países: “a devoção pelos princípios americanos” (IDEM: 27).

Portanto, tomando os aspectos ora esboçados, o Século XX destinou ao Arquipélago a tarefa de servir em nome da defesa atlântica e, conseqüentemente, garantir a defesa de todo o Hemisfério Ocidental, já no período da Segunda Guerra Mundial, a favor dos Aliados, traço que seria perpetuado neste Pós-Guerra e Guerra Fria.

Para tanto, precisamos nos debruçar as narrativas trazidas pelos jornais a partir do ano de 1956, cujos jornais – Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Folha do Povo e Folha da Manhã⁶ – do Estado de Pernambuco (Brasil) publicavam em suas folhas a notícia sobre a cessão da Ilha de Fernando de Noronha à instalação de uma base militar dos Estados Unidos. Manchetes do tipo “vigorará pelo prazo de cinco anos sujeito a prorrogação”⁷, eram trazidas pelo Diário de Pernambuco como título, argumentado sobre a defesa do território brasileiro, bem como de todo o continente americano. O governo do Brasil cedia ao dos Estados Unidos parte da Ilha de Fernando de Noronha a construção e instalação de um Posto de Observação de Teleguiados (POT), cuja função era de acompanhar os experimentos de projéteis teleguiados lançados no Cabo Canaveral, na Flórida (USA).

Ainda conforme a matéria, o ajuste de cessão da Ilha era “complemento dos atos diplomáticos anteriormente assinados [antes de 1956], especialmente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca”.⁸

Diante do quadro que configurava a Ilha, grupos pertencentes a uma esquerda antiamericana começava a desenhar um cenário de inquietações e contestações a respeito dos “yankees”⁹ em território brasileiro. Periódicos como a Folha do Povo e a Folha da Manhã, que

⁵ Jornal do Comércio, 11 de março de 1950. Segundo o ministro Raul Fernandes em discurso proferido num jantar de recepção à comissão norte-americana reunidos no Rio de Janeiro para a 3ª Conferência de embaixadores da América.

⁶ Fontes ora trabalhadas para a análise desta relação Brasil-Estados Unidos.

⁷ Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957.

⁸ Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957.

⁹ A expressão designava, originalmente, os habitantes dos estados do Norte dos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão. Com o passar do tempo começou a ser utilizado para se referir aos estrangeiros de

4

seguiam uma linha de esquerda, endossavam o argumento de que a soberania brasileira estava sendo violada no momento em que Fernando de Noronha estava sendo entregue ao “infamante acordo de cessão”¹⁰. Portanto, constituiria “ato condenável sob todos os aspectos”.¹¹ Por outro lado, outras manchetes destacavam a posse de um novo presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek, ressaltando a “cooperação amigável” que existia entre os governos brasileiro e estadunidense desde o tempo da Segunda Guerra. Estas informações circulavam na sociedade pernambucana caracterizada pela Guerra Fria (1956-1960) em confluência a um clima de esperança para o desenvolvimento do Brasil, sob o lema de *50 anos em 5*, mas também configurava uma clara contradição ou jogo de forças opostas nos discursos *pró e contra* a presença americana em Noronha, cujo estrangeiro era acusado de propiciar uma política “a beira da guerra”¹², como também, “de zelar pelas liberdades e pela nossa soberania”.¹³

Essas narrativas jornalísticas possibilitam-nos entender a Ilha de Fernando de Noronha configurando um ambiente bélico, cuja diretriz se baseava no desenvolvimento tecnológico com os projetos experimentados tanto pelos Estados Unidos, mas também pelos russos. Inserindo diferentes nações nos seus programas espaciais quando cooptam territórios. A exemplo do que acontecera com o Arquipélago dos Açores, a partir de 1944, quando Portugal concedeu facilidades de natureza militar aos Estados Unidos da América, na Ilha de Santa Maria – mesmo sem Salazar simpatizar com os Americanos e desconfiar profundamente da sua política expansionista¹⁴ –, em Fernando de Noronha, a presença americana mudava o dia a dia de quem a habitava. Considerada como uma das unidades nucleares de defesa na rota do Atlântico, Fernando de Noronha garantia “o controle e o acesso aos céus e as terras do Brasil” (VIEIRA, 1958: 18). Estava, portanto, irremediavelmente inserida no contexto internacional da Guerra Fria, reforçada pela presença americana que toma a Ilha de Fernando de Noronha como imperativo de defesa para essas rotas. Esses laços político-militares entre Brasil e Estados Unidos direcionavam a construção de um discurso imbuído pelo temor de um

nacionalização estadunidense. Dependendo do discurso construído e por quem o construa, esse termo pode tender a uma conotação pejorativa, referindo-se aos Estados Unidos (americanos) como um invasor.

¹⁰ Folha da Manhã, 01 de março de 1957.

¹¹ Folha do Povo, 03 de fevereiro de 1957.

¹² Diário de Pernambuco, 11 de fevereiro de 1956.

¹³ Jornal do Comércio, 29 de outubro de 1957.

¹⁴ ANDRADE, Luís Vieira. *Portugal, a Aliança Atlântica e o pós-guerra Fria*. Revista Arquipélago – História; 2ª série, IV – Nº 2; PP 613-623; Ponta Delgada, 2000

5

Terceiro Conflito Mundial, em que a salvaguarda da soberania brasileira dependia da assistência americana na defesa não apenas do Arquipélago, mas também ao monitoramento da costa nordeste do Brasil, e por extensão do Oceano Atlântico-Sul.

A história dessa relação, em que ora a política externa brasileira se alinhava à política americana – principalmente quando a questão era a segurança das democracias na América Latina – ora era tida como uma forma de barganhar para o desenvolvimento brasileiro, como presenciamos nos governos de Getúlio Vargas (1952-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1960) – se encontra diretamente ligada a esta funcionalidade estratégica de Fernando de Noronha em que idéia se dava na ordem de salvaguardar a Soberania brasileira. Neste sentido, a idéia de soberania é tomada enquanto elemento essencial para a existência do Estado. Que com base em conceito jurídico tradicional, “é o poder exercido por uma entidade estatal que tem como característica a conjugação de autonomia e de independência” (OLIVEIRA, 2006: 80-88), cuja fronteira política é a sua *separação*, segundo Jean Baptist Duroselle, em sua obra *Todo Império perecerá*.

As informações trazidas pelos jornais construía dois grupos significativamente distintos em ação e objetivos: os “nacionalistas” e os “entreguistas”. O historiador Professor Doutor da Universidade Federal Fluminense (RJ-Brasil) Jorge Ferreira (2003) configura esse quadro entre: os chamados de “nacionalistas de esquerda”, que defendiam a soberania pelos trabalhadores sem se envolver com a ideologia do anticomunismo; os “nacionalistas direitistas”, a exemplo de Goés Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, simpáticos ao nacionalismo, sem trégua ao comunismo e um terceiro grupo que formava a ala “cosmopolita de direita”, radicalmente anticomunista, antitrabalhista e adversária do nacionalismo. Estes últimos defendiam a abertura ao capital estrangeiro e o alinhamento incondicional dos Estados Unidos (FERREIRA & DELGADO, 2003: 320).

O fio que costura o que acontecia em Noronha ao que acontecia no “mundo lá fora”¹⁵, encontrava-se nos argumentos em torno da segurança e soberania nacionais e a defesa das

¹⁵ Expressão utilizada pelos que passaram pela Ilha, como também pelos que residem nela até hoje. Em 1944, o capitão Rube Canabarro Lucas tentando ter uma idéia do isolamento vivido na Ilha de Fernando de Noronha, percebia que os habitantes se referiam ao continente como “o mundo”. Em conversas sempre ouvia esta expressão: “lá no mundo é assim; aqui não”, ou “quando voltar ao mundo” (Imbiriba; op. cit. pp. 37). Na tese de doutorado, a antropóloga Janirza Cavalcante define duas categorias sociais em torno dos espaços continental e insular: “os de fora” e o “homem insular fernandino”. Segundo ela, para “os de fora” (os continentais), o arquipélago ainda é um espaço à margem, proscrito, distanciado e imaginariamente transgressor. (DA ROCHA LIMA, op. cit. pp. 57 - 59). Para Clarice Peixoto, os termos “aqui dentro” em contraposição ao “lá fora”, datam

6

águas do Atlântico e vai costurando o movimento da política, e assim cria uma teia histórica com a relação Brasil Estados Unidos, bem como Estados Unidos Noronha. O problema é: De que forma Noronha vai sendo introduzida como um dos vértices para a salvaguarda do território brasileiro, contribuindo também para a defesa do hemisfério? Por que ela entra como ‘moeda’ nos acordos militares?

Essas perguntas encontram eco e respostas nos recortes dos jornais quando esses constroem discursos em torno do americano. Enquanto o Diário de Pernambuco apresentava tendência a uma posição *pró-americana*, inclusive sendo acusado pela Folha do Povo de servir enquanto “boletim do consulado americano”¹⁶, a Folha do Povo deixava claro o posicionamento frente não apenas à cessão do arquipélago aos EUA, mas também, à presença americana no território brasileiro como um todo: “o perigo”.¹⁷ O Jornal do Commercio optava por uma posição dúbia que, às vezes, o confundia com a Folha da Manhã. No entanto, nos quatro periódicos, a cessão do Arquipélago rendia discussões homéricas e que ultrapassava os limites desejados pela política internacional, já que tudo em torno da cessão era passível de servir como matéria de jornal, incluindo até a opinião do “pacato morador” da Ilha de Fernando de Noronha sobre “a ida do americano”, algo apenas realizado pelo Diário de Pernambuco (em setembro de 1958), como se isso reforçasse o discurso de que o americano era *amigo*, já que traria riqueza com o dólar.

A Ilha de Fernando de Noronha era tomada como parte de uma exposição de poder cujo teor era a noção de territorialidade, fator que constrói a soberania de uma nação, ou ainda, constrói a idéia de Nação. Segundo os teóricos do Direito Internacional, o que faz uma nação soberana são três elementos: território, povo e governo. Neste sentido, tratar de Noronha é um Estado de Direito que até pode adentrar num direito natural de ser lugar do Brasil e dos brasileiros em que o Estado tem resguardado a sua soberania enquanto gestor dessa territorialidade. “O Estado tem o direito de defender a sua **integridade e independência**, de promover a sua conservação e prosperidade, (...) de se organizar como

do tempo do presídio, quando a expressão mais utilizada para tratar o continente era “o mundo”. (PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Fernando de Noronha: ilha de sonho e de assombração*. Dissertação de mestrado em Antropologia social – Rio de Janeiro, 1983. pp. 44).

¹⁶ Folha do Povo, quarta-feira, 08 de março de 1956.

¹⁷ Folha do Povo, 10 de novembro de 1957.

7

melhor entender”¹⁸, mesmo antes de ser reconhecido. “A jurisdição dos Estados nos limites do território nacional exerce-se igualmente sobre todos os habitantes, quer sejam nacionais ou estrangeiros”.¹⁹ E aí, para os nacionalistas, a presença dos militares americanos era tomada como uma ameaça, por ferir a integridade (soberania) do Brasil, que se contrapõe ao que o governador do Território Federal de Fernando de Noronha, na época, Major Abelardo Mafra, achava: como sendo apenas “um cumprimento à nova geopolítica de segurança internacional”²⁰ contra a expansão do comunismo (da União Soviética) e a proteção do Nordeste brasileiro, caso acontecesse um Terceiro Conflito Mundial.

O que foi realizado em Fernando de Noronha foi uma estratégia militar articulada entre duas nações com propósitos muito bem definidos para a segurança de um centro hegemônico norte-americano. Segurança esta que se apóia no princípio elementar da defesa da soberania do Estado, pois “as fronteiras nacionais delimitam objetivamente o campo de ação das suas outras atividades de segurança e definem, geograficamente, as suas responsabilidades e os seus direitos inalienáveis, face aos interesses e objetivos nacionais dos outros Estados” (TAVARES, 1958: 157-158).

Por outro lado, alguns militares brasileiros mostram certa preocupação frente às decisões acertadas entre Brasil Estados Unidos. Especificamente, aqueles que se encontravam na ilha eram alvo de críticas por parte dos nacionalistas, que ainda patrocinavam uma campanha contra a presença norte-americana no arquipélago de Fernando de Noronha. Para esses a segurança do território brasileiro estava ameaçada, por entender que a segurança do território

*é o princípio elementar da defesa da soberania dos Estados, pois as fronteiras nacionais delimitam, objetivamente, o campo de ação das suas outras atividades de segurança e definem, geograficamente, as suas responsabilidades e os seus direitos inalienáveis, face aos interesses e objetivos nacionais dos outros Estados*²¹.

Portanto, o Arquipélago de Fernando de Noronha era um lugar de fronteira entre comunistas e capitalistas na geopolítica da Guerra Fria, por estar a serviço da política norte-americana, enquanto sentinela ao desenvolvimento da energia nuclear e da tecnologia de

¹⁸ Carta da Organização dos Estados Americanos; Capítulo IV - Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados. Artigos 13 e 16. **Grifos meus.**

¹⁹ Idem.

²⁰ Correio do Povo, 27 de junho de 1957.

²¹ TAVARES, op. cit. pp 157-158.

8

mísseis, elementos tidos como o que havia de mais avançado em termos de equipamento militar à defesa e à segurança, não apenas do hemisfério ocidental, mas, especificamente, dos Estados Unidos. Esse era o motivo dos *segredos* velados na Ilha de Fernando de Noronha em torno dos MILS (Missile Impact System Center).

As contrapartidas adquiridas pelo Brasil nessa negociação são consideradas pequenas em relação à importância que a ilha adquiria nesse tempo em que a sua posição geoestratégica a colocava como ponto central a todo e qualquer movimento no centro do Atlântico.

Neste sentido, toda a conjuntura política desenvolvida pelo governo juscelinista imbricava-se com o cotidiano da ilha quando essa é tida como “um elo importante” no combate ao comunismo.²² Os discursos de combate a essa ameaça, fazia da soberania brasileira, bem como a salvaguarda da democracia do mundo livre, temas constantes nas preocupações de quem a dirigia.

Transformada numa base de observação de projéteis teleguiados intercontinentais²³ (ICBM), o americano mudava a feição da ilha, que aos poucos ia se tornando a “11ª base do sistema de controle dos moderníssimos ‘missiles’ norte-americanos”²⁴, cuja tecnologia produzida a partir dos testes com os mísseis intercontinentais aproximava o arquipélago de Fernando de Noronha a um ambiente, em que a disputa pela liderança na “corrida espacial”²⁵, consolidava ainda mais a permanência da divisão política internacional entre americanos e russos, tanto na liderança dessa tecnologia, como na geopolítica internacional.

Neste sentido, Fernando de Noronha estava na mira da rota de colisão da Guerra Fria, como alvo irreversível de uma possível guerra nuclear, assim como as cidades nordestinas de Natal e Recife, ligadas militarmente à defesa do Oceano Atlântico.

²² Diário de Pernambuco, sexta-feira, 02 de março de 1956 - ACIMA DA POLITICA, NO COMBATE AO COMUNISMO.

²³ Diário de Pernambuco, 15 abril de 1958.

²⁴ Idem.

²⁵ Desde a segunda metade dos anos 50, Os Estados Unidos e União Soviética estavam envolvidos em outra competição além da corrida nuclear: a disputa pelo desenvolvimento da tecnologia de exploração espacial. Os soviéticos se adiantavam e lançavam, em outubro de 1957, o Sputnik I, 1º satélite artificial a ser colocado em órbita da Terra. Menos de um mês depois, lançavam um segundo satélite, dessa vez transportando um ser vivo (uma cadela). Os norte-americanos, considerados como uma das áreas estratégicas da Guerra Fria, em 1958, iniciava um vasto programa espacial, através da criação da NASA (National Aeronautics and Space Administration), do Projeto Apolo. Mesmo com todos os esforços americano em superar os russos, foram eles que em 1961 enviaram ao espaço um satélite ocupado pelo 1º ser humano (Iuri Gagarin) que permaneceu 108 minutos em órbita. Em 1969, como um dos resultados do Projeto Apolo, e para demonstrar o poder americano neste cenário tecnológico, os EUA lançavam dois astronautas ao espaço. Só que dessa vez, diferente dos russos, esses desciam a Lua. DIAS JÚNIOR, José Augusto & ROUBICEK, Rafael. *Guerra Fria, a era do medo*. (Coleção História em Movimento). 2ª edição, São Paulo: Ática, 1999. pp 50.

Por outro lado, brasileiros e estadunidenses divergiam sobre as contrapartidas exigidas: desenvolvimento e segurança. Enquanto o primeiro queria que os Estados Unidos aprovassem sensacional política e se comprometessem em levar adiante gigantesco programa de assistência a longo prazo aos países da América latina, o segundo desejava apenas discutir projetos específicos, cooperação técnica e a forma de ampliar a corrente de investimentos privados para as zonas menos desenvolvidas, sem, contudo, estimular a proposta da Operação Pan-Americana (OPA).²⁶

As tensas negociações entre Brasil e Estados Unidos, faziam surgir acusações por parte de alguns grupos, considerados nacionalistas, de que o acordo de cessão da Ilha de Fernando de Noronha aos militares dos EEUU “era uma barganha do governo brasileiro para conseguir empréstimos do governo americano, através do Eximbank”²⁷, e “todos os projetos que lá se encontravam em estudo foram resolvidos e o que é melhor, satisfatoriamente”²⁸, pronunciava o embaixador brasileiro, Almirante Amaral Peixoto, com endosso do Ministro Macedo Soares de “que o Brasil nunca pensou em fazer barganha, tendo, os entendimentos mantidos com o Eximbank, sido iniciados antes que se cogitasse da instalação do posto”.²⁹

Contudo, não podemos simplificar a idéia de que a Ilha de Fernando de Noronha se tornava um dos palcos da Guerra Fria para se prestar apenas ao combate do comunismo. Os interesses norte-americanos iam além dessas fronteiras. Os focos de preocupação estadunidense encontravam eco na garantia por adquirir matéria-prima estratégica para o desenvolvimento nuclear e, até, o aprimoramento das indústrias de consumo básicos nos Estados Unidos, como o Petróleo.

Por sua posição geográfica, o arquipélago de Fernando de Noronha encontrava-se a 500 km a oeste da rota dos teleguiados norte-americanos, que, do Cabo Canaveral, demanda o Atlântico Sul³⁰. O planejamento da política de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos³¹ inseria a ilha na *corrida espacial*, no desenvolvimento da tecnologia de

²⁶ Ibidem pp. 529.

²⁷ Folha do Povo, 29 de maio de 1957 – NÃO PERMITAMOS QUE O SOLO NACIONAL SE TORNE NUMA BASE MILITAR NORTEAMERICANA.

²⁸ Jornal do Comércio, 12 de fevereiro de 1957 – O ALMIRANTE AMARAL PEIXOTO REVELA NOVAS MINÚNCIAS DO ACORDO SOBRE FERNANDO DE NORONHA.

²⁹ Serviço de Informação do Ministério das Relações Exteriores — declaração do Ministro Brasileiro José de Macedo Soares, em 20 de janeiro de 1957.

³⁰ Diário de Pernambuco, 31 de maio de 1959.

³¹ SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981 pp 165.

10

guerra, com o lançamento dos mísseis intercontinentais, alcançando longas distâncias e quebrando, assim, com a barreira do tempo e do espaço em termos de conquistas bélicas, proporcionando, uma segurança maior para o hemisfério. Noronha passava a fazer parte de uma outra rota do atlântico: a rota dos teleguiados americanos, e que encerrava a Ilha de Fernando de Noronha na história da relação do Brasil com os Estados Unidos, como fatores para a construção de imperialismos, que ambos representavam na América da Sul e no mundo.

Assim, compactuando da idéia do historiador Tácito Rolim, a cessão da Ilha de Fernando de Noronha aos Estados Unidos se constituiu em um dos momentos mais interessante de nossa história, “em que tudo parecia possível e factível” de acontecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Luís Vieira. *Portugal, a Aliança Atlântica e o Pós-Guerra Fria*. Revista Arquipélago – História; 2ª série IV – Nº 2; PP 613-623; Ponta Delgada, 2000.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Correio do Povo, 27 de junho de 1957.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Diário de Pernambuco, 11 de fevereiro de 1956.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Diário de Pernambuco, sexta-feira, 02 de março de 1956 - ACIMA DA POLITICA, NO COMBATE AO COMUNISMO.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Diário de Pernambuco, 15 abril de 1958 - ENERGIA ARMAZENADA PELO SOL.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Diário de Pernambuco; sexta-feira; 02 de março de 1956 – ACIMA DA POLÍTICA, NO COMBATE DO COMUNISMO - DECLARAÇÃO DE EISENHOWER.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Folha da Manhã, 01 de março de 1957.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Folha do Povo, 03 de fevereiro de 1957.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Folha do Povo, 10 de novembro de 1957.

11

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Folha do Povo, quarta-feira, 08 de março de 1956.

APEJE; Fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Jornal do Comércio, 11 de março de 1950. Segundo o ministro Raul Fernandes em discurso proferido num jantar de recepção à comissão norte-americana reunidos no Rio de Janeiro para a 3ª Conferencia de embaixadores da America.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Jornal do Comércio, 29 de outubro de 1957.

APEJE-PE, Hemeroteca; Diário de Pernambuco; quinta-feira; 29 de março de 1956 – SOLIDARIEDADE CONTINENTAL.

APEJE-PE; Arquivos Permanentes; série FN; volume 02; fl. 352; 18 de agosto de 1838.

Carta da Organização dos Estados Americanos; Capítulo IV - Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados. Artigos 13 e 16.

COSTA, Francisco Pereira da. *A Ilha de Fernando de Noronha*. Pernambuco, 1887 – ao relatar a narrativa de Américo Vespúcio na 3ª viagem exploratória ao Brasil realizada em 1503.

DIAS JÚNIOR, José Augusto & ROUBICEK, Rafael. *Guerra Fria, a era do medo*. (Coleção História em Movimento). 2ª edição, São Paulo: Ática, 1999.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*/ organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v3).

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. O conceito de soberania perante a globalização. In: revista CEJ, Brasília, n. 32, p. 80-88, jan/mar, 2006.

Relatório do Curso Superior de Guerra: *o papel de Fernando de Noronha no quadro da segurança nacional*, ESG (Escola Superior de Guerra), 1960.

ROLIM, Tácito Thadeu Leite. “*Giram os Sputniks nas Alturas, Ferve a Imaginação nas Planuras*”: a ciência e o bizarro no Ceará em fins da década de 1950. Dissertação de mestrado em História Social – Ceará: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2006.

TAVARES, General A. de Lyra. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Ministério da Guerra, 1958.

12

VIEIRA, Pontes. *Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado de Fernando de Noronha*. – Departamento Administrativo do Serviço Público e Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. – serviço de documentação do DASP (seção de publicações). Departamento de Imprensa Nacional, RJ, 1958.

WRZOS, Conrad. *Juscelino Kubitschek: Estados Unidos – Europa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.